

## **JUVENTUDE E TRABALHO DECENTE: os desafios na contemporaneidade**

Elisangela Bento de Souza<sup>1</sup>  
Grayceane Gomes da Silva<sup>2</sup>  
Juliana Karrazony de Sousa<sup>3</sup>

### **Resumo:**

O presente artigo visa analisar os desafios postos na contemporaneidade para a juventude brasileira na construção de um percurso de trabalho decente. No que tange a metodologia, realizamos pesquisa bibliográfica e documental. Discorre-se sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho que implicaram em um cenário de precarização que atinge principalmente os jovens pertencentes a famílias pobres, devido à falta ou reduzida qualificação e experiência profissional, bem como baixos índices de escolarização. Conclui-se que a trajetória profissional desses jovens é marcada pela inserção de forma precarizada no mundo do trabalho e com elevados déficits de trabalho decente, dificultando o rompimento do ciclo geracional da pobreza a que estão expostos. Então, são necessárias políticas públicas que articulem educação a políticas de geração de emprego e renda.

Palavras-chave: Jovens. Trabalho decente. Educação.

### **Abstract:**

The present article aims to analyze the challenges to the Brazilian youth nowadays in the building of a course of decent work. About to the methodology, it realized a bibliography research and documental. It ponder about the changes of the work's world that implicated in the precarious work that reaches principally the young people belonging to poor families, because they don't have or have a little qualification and professional experience, also don't have a good education. It concluded that the professional way of that young people is marked by precarious insertion in the work's world, with highs deficits of decent work, so it's difficult to break with the poverty cycle that they live. So, it's necessary public politics that article education to politics of generation of employment and income.

Keywords: Young people. Decent work. Education.

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista de Iniciação Científica- FUNCAP e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE). E-mail: zamb.souza@hotmail.com.

<sup>2</sup>Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/ CNPQ e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE). E-mail: grayceane@ig.com.br.

<sup>3</sup>Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista de Iniciação Científica- IC-UECE e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE). E-mail: karrazony@hotmail.com.

## **1 Introdução**

O presente artigo visa analisar os desafios postos na contemporaneidade para a juventude brasileira na construção de um percurso de trabalho decente. Discorre-se sobre as transformações no mundo do trabalho e suas consequências para os jovens, com a apresentação do quadro de precarização em que estão inseridos.

Para o alcance dos objetivos propostos, a trajetória metodológica consistiu na realização de pesquisa bibliográfica e documental acerca da temática em tela. Fizemos uso, também, de dados estatísticos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

No primeiro momento, são apresentados alguns aspectos conceituais e históricos acerca da juventude. Logo depois, são analisadas as transformações no mundo do trabalho, estas que conferiram mudanças nas relações trabalhistas e nas condições de produção industrial. E, por fim, são apresentados dados sobre a trajetória profissional dos jovens e os desafios para a elevação das taxas de trabalho decente.

Observa-se cada vez menos a utilização da mão-de-obra humana, devido à substituição por novas tecnologias dos maquinários, configurando, assim, um aumento no número de desempregados, subempregados e trabalhadores informais em todo o mundo. Vale salientar que a situação de precarização do trabalho atinge a toda a população independente de raça, gênero, situação de renda ou idade, porém percebe-se que os pobres, os negros, as mulheres e principalmente os jovens se encontram em maior situação de déficit de trabalho em condições dignas, sendo estes os que apresentam os maiores índices de desemprego.

Os jovens são classificados como tal, através de várias características como a faixa etária que usualmente é de 15 a 29 anos, a situação de transição da adolescência para a vida adulta, onde se aprende como deve se comportar socialmente e se prepara para alcançar a independência, bem como, começar a se afirmar social, política e economicamente. Porém, o jovem de hoje é visto como individualista, imaturo e transgressor das regras sociais, sendo tratado com desconfiança pela sociedade.

A realidade da juventude brasileira é diversa, mas vale destacar que os jovens que estão em situação de exclusão social, com condições precárias de educação, alimentação e

moradia, sofrem os maiores impactos por não terem boas condições de qualificação profissional, bem como, baixos índices de escolarização diminuindo as chances de entrarem no mercado formal de trabalho. Assim, a trajetória profissional desses jovens encontra-se marcada pela informalidade, contratos temporários e alto índice de desemprego.

Diante desse quadro de desigualdade social e desemprego, órgãos internacionais como a OIT em conjunto com vários países estão elaborando agendas de promoção do Trabalho Decente, a fim de garantir emprego formal com boas condições de trabalho e sobrevivência para as pessoas. Essas agendas têm o intuito de promover ações que melhorem a qualificação dos indivíduos, bem como, garantir a geração de emprego e renda à população para propiciar o desenvolvimento social e econômico dos países.

Logo, os jovens enquanto grupo que mais sofre com o desemprego e a precariedade das condições de trabalho são os principais alvos das políticas de promoção do trabalho decente a partir do desenvolvimento de ações que garantam o aumento da escolarização e profissionalização dos jovens, principalmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

## **2 Juventude: aspectos conceituais e históricos**

Na contemporaneidade, não existe uma só juventude e sim juventudes, marcadas por desigualdades sociais e diferenças em termos de riqueza, emprego e educação. O primeiro problema aqui apresentado é o da dificuldade em se definir juventude, reduzindo-a ao período em que se é jovem, moço. Contudo um limite fisiológico não basta para identificar tal fase da vida, que é mais bem explicada dependendo da sociedade em que se vive e o sentido que os indivíduos atribuem a ela, como algo que tipicamente aparece como transitório.

Para Bourdieu (*apud* Guimarães, 2005, p.153) “juventude é um construto social e histórico”. Assim em nenhum momento da história a juventude poderia ser definida somente por critérios biológicos; também se devem levar em conta os valores e funções desenvolvidas em determinadas épocas seja no campo, na cidade, no feudalismo ou nas fábricas do século XIX.

Levi (1996) reportando-se à juventude como um processo de etapas da qual lhe garante a definição dos papéis da vida adulta defende que:

No plano individual, a juventude deve ser considerada uma fase crucial para a formação e a transformação de cada um, quer se trate da maturação do corpo e do espírito, quer no que diz respeito às escolhas decisivas que prelidam a inserção definitiva na vida da comunidade (LEVI, 1996, p.11).

E continua observando que,

Deste ponto de vista, a juventude é efetivamente o momento das tentativas sem futuro, das vocações ardentes mas mutáveis, da busca (...) e das aprendizagens (profissionais, militares, eróticas) incertas, sempre marcadas por uma alternância de êxitos e fracassos. (LEVI, 1996, p.11).

Assim é na juventude que ao mesmo tempo em que se cobram decisões e definições de papéis na sociedade admite-se as tentativas de escolhas e o privilégio do erro.

Para Helena W. Abramo (1997), a concepção de juventude corrente na sociologia se baseia no conceito da sociologia funcionalista que a constitui como categoria de análise,

como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos (ABRAMO, 1997,p.29).

Assim a juventude é vista como uma categoria geracional que irá substituir à atual. Trata-se do momento de preparação do indivíduo na formação de sujeito social, capaz de assumir papéis dos quais se tornou apto interiorizando valores, normas e comportamentos. É o momento da continuidade social, que pode se realizar ou não.

Neste sentido é relevante a colocação de que a maioria das abordagens e ações relativas aos jovens recai sobre seu processo de socialização e suas possíveis disfunções. Tendo como tema da preocupação social as falhas no desenvolvimento e capacidades da juventude ao ajuste das atribuições dos adultos. Isto é, a juventude aparece para a preocupação social como problema. A problematização é quase sempre moral, de preocupação com a coesão da sociedade e a integridade moral do indivíduo, “do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela” (ABRAMO, 1997, p.29).

Juntamente à problematização sobre os jovens, por vezes esta vem acompanhada de pânico, medos e angústias referentes à ordem social. Como podemos observar na forma como a juventude foi tematizada na segunda metade do século XX.

Segundo Abramo (1997) a predisposição para a transgressão e delinquência, era o problema da juventude nos anos de 1950, que assume nesse momento a dimensão social de fase de vida difícil. Quando a delinquência juvenil extrapola os limites, a categoria aparece como potencialmente delinquente por sua própria condição etária. Mais tarde, o pânico passou a ser entendido como normalidade, e o comportamento desviante entendido como momentâneo e parte de um processo de integração a vida adulta.

A geração dos anos de 1960 e 1970 aparece como jovens em ameaça da ordem social, política, cultural e moral. Os movimentos estudantis e de oposição aos regimes autoritários tinham postura crítica diante à ordem estabelecida. A juventude portadora da possibilidade de transformação gera em parte da sociedade o medo da revolução. Mas por outro lado os setores descontentes com o sistema viam na juventude a esperança de transformação, ainda assim os via mais como uma força utópica do que de real transformação. A imagem desta geração dos anos 60, após o refluxo dos movimentos passou a ser considerada de forma positiva, uma geração sonhadora criativa, comprometida com a mudança social.

Nos anos de 1980 a juventude aparece em oposição à dos anos de 1960, como geração individualista, consumista, apática, conservadora. Incapazes de apresentar possibilidades de mudanças por sua falta de idealismo e compromisso político. Um pouco diferente desse quadro, os jovens dos anos de 1990 traz em suas ações traços do individualismo, e ainda a violência, o desvio de integração na sociedade, como drogas, envolvimento em crimes e problemas de comportamento.

Já nos anos de 2000, o que podemos observar entre os jovens é uma exacerbação do individualismo, da violência, com a presença dos arrastões, das gangues, do consumo de drogas, de atos de vandalismo. Sendo resultado da falência das instituições de socialização, do aprofundamento entre excluídos e os integrados à sociedade, e da estimulação ao individualismo ao extremo.

Neste sentido o jovem é colocado como vítima e ao mesmo tempo como causa da desagregação da sociedade. Outra questão a ser destacada em relação aos jovens, tanto no que diz respeito à abordagem de temas quanto nas ações a eles destinadas, é a difícil tarefa de considerar o jovem como sujeito, para além da visão de problema social. Ao relacionar juventude e cidadania o enfoque é dado na negação dos direitos ou nos problemas que trazem à sociedade como violência, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis.

O problema maior da sociedade está em conseguir enxergar na juventude atores sociais capazes de formular questões, propor ações, contribuir na solução de problemas, participar efetivamente na formulação, definição e negociação de direitos.

Uma especificidade da juventude brasileira que merece ser destacada é o fato de tratar-se de uma “juventude trabalhadora brasileira” (GUIMARÃES, 2005, p.167). Nossos jovens ingressam muito cedo no mercado de trabalho seja no setor formal ou informal e muitas vezes essa entrada ocorre ainda na infância, antes dos 14 anos. Essa inserção precoce faz com que ocorra um desestímulo à continuação aos estudos, seja por causa das longas jornadas de trabalho, ou pela precariedade das ocupações.

Por outro lado o trabalho possui grande relevância para a juventude, sendo visto não só como necessidade, mas também como fonte de independência, crescimento pessoal e auto-realização. Como afirma Guimarães (2005),

Uma gama de recentes estudos qualitativos, realizados no Brasil, sobre trajetórias ocupacionais de jovens e suas representações sobre trabalho e o desemprego têm sido eloquentes em chamar a atenção para o fato de que as dificuldades provenientes das novas condições de inserção no trabalho, longe de produzirem um movimento de perda de significação do âmbito do trabalho para esses sujeitos trabalhadores, levam à produção de novos e diferenciados significados, que refletem em grande medida o contexto em que se trabalha, a trajetória percorrida e o perfil do jovem trabalhador (2005, p.107).

Uma parte significativa da juventude brasileira tem dificuldades em conseguir uma boa inserção no mercado de trabalho, quando ocorre é pela precariedade. Essa dificuldade se evidencia nas elevadas taxas de desemprego e de informalidade. Os jovens apresentam, em relação a média da população brasileira, taxas superiores de desocupação e inferiores em níveis de rendimentos.

E para dar continuidade aos objetivos deste artigo, cabe realizarmos algumas considerações acerca das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Tendo em vista que a juventude brasileira foi afetada por essas mudanças que foram provocadas por fatores de ordem econômica, social e política, ocorridas na década de 1980 e 1990.

### **3 As mudanças no mundo do trabalho e suas conseqüências para a juventude brasileira**

Conforme dados da OIT (2009), na década de 1980 e 1990, ocorreu baixo crescimento econômico e a desestruturação do mercado de trabalho. Porém, mesmo com a retomada do crescimento e elevação das taxas de emprego formal nos anos 2004 e 2008, esses resultados não contemplaram os jovens da mesma forma que os adultos. Temos que a inserção dos jovens no mundo do trabalho é precarizada e os déficits de trabalho decente são elevados, cujo detalhamento de dados será exposto no próximo tópico.

Em se tratando das mudanças ocorridas no modelo de produção, temos a substituição do Taylorismo e Fordismo para um novo modelo de produção. Esses dois sistemas de produção são caracterizados pela racionalização da produção, divisão e a especialização do trabalho, bem como pela mecanização e pela produção em massa.

No final dos anos sessenta esse modelo de produção começou a perder espaço, visto que já não conseguia suprir as demandas do capitalismo. Então entra em cena o Toyotismo, o “modelo japonês”, que se baseia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e dos mercados; produção em pequenas séries e personalizada; participação do trabalhador nos objetivos empresariais; “*Just time*”.

Essas mudanças vão exigir maiores habilidades e conhecimentos para o manuseio das máquinas. A flexibilização, nascida do modelo japonês, necessita desta forma, de trabalhadores polivalentes e habilidosos. E, devido, o acréscimo de novas tecnologias esse modelo vai estruturar-se

a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, e dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras. (GOUNET 1992 *apud* ANTUNES, 1998p. 28).

O capitalismo contemporâneo vem, nas últimas décadas, engendrando profundas mudanças no mercado de trabalho. Essas mudanças se expressam, principalmente, pela

globalização das finanças, pelas taxas elevadas de desemprego, pelo deslocamento geográfico de indústrias, eliminação de postos de trabalho na indústria; crescimento do número de trabalhadores no setor de serviços, exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho; precarização das relações de trabalho que podem ser caracterizadas

pela substituição das relações formalizadas de emprego que, no Brasil, expressam-se em registros na carteira de trabalho por relações informais de compra e venda de serviços, que vêm se constituindo, principalmente, pelas formas de contratação por tempo limitado, de assalariamento sem registro, de trabalho a domicílio e outras. (SINGER, 1995, p.2 *apud* WOLECK, s/d).

Verifica-se essa tendência de aumento do trabalho informal e elevação da precarização do trabalho principalmente em países em processo de desenvolvimento. Cabe ainda ressaltar a existência da desregulamentação dos direitos trabalhistas conquistados.

Os prognósticos apresentados pela OIT (2005) revelam que nos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, haverá um crescimento cada vez maior de trabalhadores sem vínculos empregatícios. E ainda afirma que em 2015 aproximadamente 200 milhões de pessoas estarão à procura de emprego.

No que tange a juventude brasileira, temos que uma parcela significativa possui dificuldades em inserir-se no mercado de trabalho. É verificada sua inserção de forma precarizada, cujos dados revelam que “os jovens apresentam taxas de desocupação e informalidade superiores, e níveis de rendimento inferiores à média da população trabalhadora” (OIT, 2009: 19).

Percebe-se a difícil construção de um percurso de trabalho decente na juventude brasileira. Porém antes de discorrermos sobre o quadro em que se apresenta a juventude no Brasil, cabe fazermos algumas considerações acerca do trabalho decente.

O trabalho decente é um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. No Brasil, a promoção do Trabalho Decente foi impulsionada, a partir de junho de 2003, com a assinatura, pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia, do Memorando de Entendimento que previa a criação de um Programa Especial de Cooperação Técnica para a Promoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente, sendo esta elaborada posteriormente em 2006.

Alguns desafios que a juventude enfrenta merecem ser ressaltados em relação ao trabalho, tais como a demanda do mercado por maior escolaridade e experiência profissional. Sabe-se que os jovens que almejam a inserção no mercado de trabalho muitas vezes ainda quando estão estudando.

Vale destacar que os jovens ingressam no mercado de trabalho, devido à situação sócio-econômica que apresentam suas famílias ou com vistas à obtenção de independência financeira. Seria essencial que o ingresso de jovens no mercado de trabalho não prejudique a sua formação profissional e educacional e esse ingresso não ocorra de forma precarizada. Porém o que se observa:

é real a contradição entre a necessidade efetiva que muitos jovens têm de trabalhar e o fato de que uma inserção precoce e de má qualidade no mercado de trabalho compromete o seu futuro e, em especial, as suas possibilidades de construção de uma trajetória do trabalho decente (OIT, 2009, p. 25-26).

Conforme as análises de Andrade e Santos (2007), a desestruturação do mercado de trabalho provocou o aumento do desemprego que afeta principalmente os jovens, estes que se supõe melhor aos empregos temporários acrescentando-se a precarização das relações trabalhistas que não concede os direitos trabalhistas conquistados, tais como a previdência social. Esta dentro da lógica contributiva. Essas autoras concluem que, no Brasil, os jovens pertencentes a famílias pobres

se encontram quase que condenados ao trabalho, como uma das poucas oportunidades de mobilidade social - ingressam precocemente no mercado de trabalho, fazem-no com pouca escolaridade, ocupam vagas de posições hierárquicas subordinadas e de baixa remuneração (2007, p. 27 ).

Com isso, dificilmente esses jovens terão oportunidades de romper o ciclo geracional da pobreza a que estão expostos, fazendo-se necessárias políticas públicas que articulem educação a políticas de geração de emprego e renda.

A seguir apresentaremos dados acerca das taxas de ocupação dos jovens, apresentando mais elementos que revelam a inserção precarizada dos jovens no mercado de Trabalho. Adentra-se, também, nos mecanismos criados a nível nacional para a promoção do trabalho decente.

#### **4 Inserção dos jovens no mercado de trabalho e as estratégias para a promoção do trabalho decente**

Segundo estudos da OIT as altas taxas de desemprego entre os jovens se configuram como presentes em todos os países do mundo, destacando que no primeiro semestre de 2010 o desemprego entre os jovens atingiu 13,1 por cento com expectativa de sensível queda para 12,7% em 2011.

Vale ressaltar, que nos países desenvolvidos essas taxas tendem a crescer mais acompanhado por um desânimo e desistência na procura por emprego, bem como, prolongamento dos estudos. Já nos países subdesenvolvidos persistem as situações de precarização através de baixos salários e falta de carteira assinada, bem como, presença do trabalho informal (BBC Brasil, 2010).

No Brasil devido aos avanços tecnológicos, as crises econômicas, dentre outros fatores há uma situação de desemprego estrutural para a população como um todo, em especial para os jovens que por não terem experiência profissional e já entrarem no mercado de trabalho numa situação de precarização do trabalho as dificuldades se colocam em patamares maiores onde existem milhões de jovens desempregados - segundo estudos da OIT o número de jovens desempregados somava 17% no primeiro trimestre de 2010 - ou em situação de trabalho informal.

Pesquisas da OIT nos anos de 2006 e 2007 mostraram que as taxas de desemprego juvenil no país variam de acordo com a situação financeira, as regiões do país, sexo, dentre outros aspectos. Os índices são maiores nas regiões Norte e Nordeste que são marcadas por uma maior vulnerabilidade social, bem como, os pobres se encontram em situações mais precárias de subemprego e informalidade.

Esses estudos também demonstram que as mulheres têm mais dificuldades em conseguir emprego, bem como, tem salários menores que os dos homens. Vale ressaltar, que muitas mulheres ainda ocupam um status de donas de casa que cuidam da família e dos afazeres domésticos, estando nas estatísticas de jovens que não trabalham formalmente e não estudam. Além disso, os jovens negros desempregados são em uma porcentagem mais elevada que os jovens brancos com mesma idade.

No Relatório da OIT sobre o trabalho decente na juventude, aponta-se que na década de 1990 até o ano de 2006, houve uma queda na participação de jovens no mercado de trabalho, mas em contrapartida houve uma melhora nos anos de escolaridade, que não significam necessariamente numa boa qualidade de educação. Os jovens continuam em desvantagem em relação aos adultos quanto ao emprego formal, os valores dos salários e carga horária de trabalho, que chegam a serem maiores que a dos adultos.

Além disso, devido às mudanças sociais e econômicas que ocorrem numa velocidade maior que em períodos anteriores, muitos jovens têm que conciliar trabalho, educação e formação profissional para poderem se integrar ao mercado de trabalho, porém a realidade que se coloca no Brasil, bem como, em outros países da América Latina é que faltam políticas públicas para os jovens que garantam geração de qualificação, emprego e renda, que levem os jovens a desenvolver seus potenciais e assim contribuir para o desenvolvimento social do país.

Devido a tantas dificuldades dos jovens brasileiros em conseguirem bons empregos, qualificação educacional e profissional uma situação de trabalho decente para os jovens ainda se configura um desafio para a realidade que presenciamos no Brasil.

Mesmo com o aumento da escolarização entre os jovens, os adultos ainda conseguem empregos em maior proporção, tanto pelo fato de terem maiores responsabilidades familiares quanto por terem experiências de trabalhos anteriores, mesmo que não tenham a mesma escolaridade dos jovens. Sobre isso no Relatório da OIT afirma-se que:

Mas é preciso considerar que um maior nível de escolaridade não será necessariamente mais valorizado no mercado de trabalho, se a qualidade e a pertinência da educação estiverem em questão. Por outro lado, em geral a maior escolaridade dos jovens é diretamente proporcional às suas exigências para o ingresso no mercado de trabalho. Em outras palavras: os jovens que concluem o ensino superior buscam ocupações que lhes garantam melhores condições de trabalho e renda (2009, p.47).

Pesquisas recentes do Ministério do Trabalho apontam que o potencial de contratação de jovens pelas empresas é de 1,3 milhões de jovens, porém o número de empregados é de apenas 206.735 mil, mesmo que as leis e incentivos governamentais tragam vantagens às

empresas para que contratem os jovens participantes dos programas de profissionalização, estas ainda se colocam resistentes na contratação desses jovens.

Na perspectiva de construção de uma Agenda de trabalho decente em nível nacional para melhorar o desenvolvimento social e econômico do país, jovens devem ser vistos como parte importante deste processo, já que eles serão os futuros adultos do país. Assim, se faz necessário elaborar e implementar políticas públicas que garantam geração de emprego e renda em condições dignas para que esses jovens possam desenvolver suas habilidades e conseguir melhores condições de escolaridade.

Acerca da escolaridade e do nível educacional dos jovens o Relatório da OIT acerca do trabalho decente e os Jovens ressalta que os jovens estão investindo mais numa educação formal, porém:

A situação educacional dos jovens brasileiros é um misto de avanços, problemas, desigualdades e desafios. Os avanços se referem ao fato de que os jovens atualmente passam mais tempo na escola e têm maior escolaridade que os adultos. Contudo, há desigualdades expressivas no acesso à educação (por faixa de renda, raça/cor, rural e urbano, e por região do país), e problemas com a qualidade do sistema educacional (OIT, 2009, p.27)

Nesse contexto vários programas e ações estão sendo desenvolvidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como, por empresas privadas a fim de garantir cursos de profissionalização e qualificação dos jovens brasileiros.

Vale salientar, que há uma especial focalização nos jovens em situação de vulnerabilidade social através de programas destinados a jovens em situação de pobreza, como o Programa Nacional de Estímulo ao primeiro emprego, com vários programas destinados aos diversos grupos de jovens a fim de garantir-lhes melhores condições de entrada no mercado de trabalho que acarretem melhora nas condições econômicas e sociais através da inclusão social.

Em 2005 foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude que são responsáveis pelo desenvolvimento de ações destinadas aos jovens que tem no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) que tem como objetivo estimular os jovens que não concluíram o ensino fundamental para que concluam a educação básica, desenvolve ações destinadas à profissionalização e estimulam a participação nas atividades comunitárias e desenvolvimento da solidariedade para com as outras pessoas.

Assim, a agenda de trabalho decente da América Latina tem como objetivo reduzir à metade a proporção de jovens que não estudam nem trabalham, bem como, proporcionar melhores condições de trabalho aos jovens.

No Brasil a agenda nacional do trabalho decente, tem entre seus objetivos reduzir o trabalho infantil, melhorar as condições de trabalho da população de forma igualitária sem distinções de raça, gênero, situação de renda, bem como, há uma especial atenção aos jovens na perspectiva de promoção do trabalho decente a partir de uma melhor escolarização e profissionalização, além da garantia de benefícios sociais previdenciários e trabalhistas. Vale salientar, que essas ações têm que ter um caráter sério de continuidade e garantia de acesso a todos os jovens

importa ter em mente que a promoção do trabalho decente não pode ser vista de modo isolado ou desarticulado do conjunto das políticas econômicas e sociais. Os déficits de trabalho decente para os jovens guardam relação direta com a exclusão social e o comportamento agregado da economia e do mercado de trabalho, assim como das condições do sistema educacional e de proteção social (OIT, 2009, p.73).

Assim, considera-se necessário promover ações que tenham articulação com as necessidades econômicas e sociais de cada região brasileira, a fim de promover iniciativas que observem a diversidade de características dos jovens, para que os programas desenvolvidos sejam realmente a porta de entrada para o mercado de trabalhos em condições dignas que garantam um desenvolvimento socioeconômico dos jovens brasileiros. Com isso, teremos a perspectiva de que o Brasil tenha um desenvolvimento social aproximado do desenvolvimento econômico que já se alcançou, bem como, se supere a situação de pobreza vigente.

## **5 Considerações Finais**

As desigualdades estruturais e históricas de nossa sociedade deixaram marcas, fazendo-se necessário a urgência no desenvolvimento de mecanismos de combate a essas desigualdades e de resgate dos jovens excluídos. A juventude não deve ser vista como problema, mas como possibilidade de superação das desigualdades existentes no país.

Vale destacar que mesmo com a criação de mecanismos para a promoção do trabalho decente entre os jovens tanto no Brasil como na América Latina, conforme exposto anteriormente, que visem à redução do trabalho infantil, melhorar as condições de trabalho da população de forma igualitária sem distinções de raça, gênero, situação de renda, percebe-se que são inúmeros os impasses para formulação do percurso de trabalho decente para os jovens brasileiros na contemporaneidade, visto que sua trajetória profissional é marcada pela inserção de forma precarizada no mundo do trabalho, apresentando elevados déficits de trabalho decente.

Diante desse contexto de precarização do trabalho e de altas taxas de desemprego entre os jovens, principalmente naqueles que pertencem a famílias pobres, observa-se que este segmento, em grande parte, não tem acesso a uma boa formação educacional e profissional, fato que dificulta o rompimento do ciclo geracional da pobreza a que estão expostos. Além disso, os jovens negros desempregados são em uma porcentagem mais elevada que os jovens brancos com mesma idade.

Então, são necessárias a implementação de políticas públicas que garantam geração de emprego e renda articulada a políticas educacionais que proporcionem condições dignas para que esses jovens possam desenvolver suas habilidades e conseguir melhores condições de escolaridade, proporcionando o trabalho decente.

## Referências

ABRAMO, Helena W. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Nº 06, 1997.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ANDRADE, Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães. *Os jovens e as políticas públicas de trabalho no Brasil*. IN: Revista Panorâmica Multidisciplinar, nº 8. Cuiabá: UFMT, 2007. p. 85-99.

Agência Brasil. *Empresas resistem em contratar jovens sem experiência, alerta Ciee*. Set. 2010. Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/empresas-resistem-em-contratar-jovens-sem-experiencia-alerta-ciee/>>. Acesso em: 10 set. 2009.

Agência Brasil. *Jovens têm mais dificuldade em conseguir emprego do que adultos, diz OIT*. set, 2010. Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br>>. Acesso em: 10 set. 2009.

BBC BRASIL. **OIT** alerta para surgimento de 'geração perdida' de jovens sem emprego. set, 2010. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk>>. Acesso em: 10 set. 2009.

BRASIL. *Agenda Nacional de Trabalho Decente-ANTD*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 09 set. 2010.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Trabalho uma categoria chave no imaginário juvenil?* In: ABRANO, Helena Wendel e Branco (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrano, 2005. p. 149-174.

LEVI, Giovanni e SCMITT, Jean Claude (orgs.). "*Introdução*". In: *História dos jovens. Da antiguidade à era moderna*. Vol.I. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-17.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Relatório Laboral*. Bruxelas, 2005.

\_\_\_\_\_. *Relatório: Trabalho Decente e Juventude no Brasil*. 2009. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 10 set. 2010.

WOLECK, Aimoré. *O trabalho, a ocupação e emprego: uma perspectiva histórica*. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br>>. Acesso em 04 set. 2010.